

ABERTURA DA SESSÃO

Aos vinte e dois dias do mês de Fevereiro do ano de dois mil e oito, na Vila de Nisa e Auditório da Biblioteca Municipal, teve lugar a Sessão Ordinária de Fevereiro da Assembleia Municipal de Nisa, convocada pelo Presidente da respectiva Mesa, nos termos do disposto na alínea b) do nº 1 do Artº 54º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com a nova redacção que lhe é dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, através do Edital Nº 1/2008, datado do dia 12 de Fevereiro de 2008, enviado a todos os Eleitos através do Ofício Nº 003/2008-AM, da mesma data e à qual compareceram os seus membros, José da Cruz Curado Polido, Arménio de Pina Morais de Almeida, Marco António Barreto Lourenço de Oliveira, José Manuel Tremeço Barreto, Joaquim Marques Rodrigues, Gilberto Mourato Canilhas Manteiga, Mário Rui de Gouveia Macedo, João Carlos Nabais Pinto, Joaquim Maria da Costa, António Manuel Caldeira Valente, Armando Manuel Maria Vieira Luís, Adelino José Polido Temudo, José Lopes Duarte Baião (Presidente da Junta de Freguesia de Alpalhão), Francisco Rogério Cardoso Dias (Presidente da Junta de Freguesia de Amieira do Tejo), Artur da Rosa Dias (Presidente da Junta de Freguesia de Arez), Fernando Serralha Carita Marquês (Presidente da Junta de Freguesia do Espírito Santo), João José Cabim Malpique Rufino (Presidente da Junta de Freguesia de Nossa Senhora da Graça), Francisco Boletto São Pedro (Presidente da Junta de Freguesia de Santana), João Vicente Ferrer (Presidente da Junta de Freguesia de São Matias), José Miguéns Louro Hilário (Presidente da Junta de Freguesia de São Simão) e Ilda Maria da Cruz Pires (Presidente da Junta de Freguesia de Tolosa).

Não compareceram a esta Sessão, os Eleitos João Eduardo Miguéns Serralha, Júlio Almeida Pires e Florinda João Requeixa Ribeiro Fortunato, pelas razões transcritas no Ponto 17 da presente Acta.

O Eleito António dos Remédios da Costa, Presidente da Junta de Freguesia de Montalvão, por motivos de saúde, não pôde comparecer à presente Sessão, tendo designado como sua substituta, para cumprimento do disposto na alínea c) do nº 1 do Artº 38º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, Elisabete Cardoso Leirinha, Secretária da mesma Junta de Freguesia.

E, como se encontravam em número legal para se constituir em reunião, nos termos do que dispõe o nº 1 do Artº 89º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, foi a Sessão declarada aberta pelo Presidente da respectiva Mesa, Sr. José da Cruz Curado Polido, quando eram quinze horas.

Estiveram, ainda, presentes a esta Sessão da Assembleia Municipal de Nisa, por parte do Executivo e conforme nºs 1 e 3 do Artº 48º da antes citada Lei nº 169/99, a Presidente da Câmara, Maria Gabriela Pereira Menino Tsukamoto e os Vereadores João Gonçalves da Costa e Maria de Fátima Dinis Carita Moura, a fim de poderem prestar os esclarecimentos julgados necessários, relativamente aos assuntos constantes da Ordem de Trabalhos desta mesma Sessão e, ainda, o Vereador Paulo José Casimiro Felício.

Procedeu-se, de seguida, à leitura da Ordem de Trabalhos da presente Sessão, a qual é a constante do Edital Nº 1/2008, com data de 12 de Fevereiro de 2008, já antes referido e previamente enviada a todos os membros desta Assembleia Municipal através do Ofício Nº 003/2008-A.M., da mesma data e também anteriormente mencionado, para cumprimento do disposto no nº 1 do Artº 49º da anteriormente citada Lei nº 169/99, passando-se à análise e discussão, tendo em vista a sua eventual aprovação, dos assuntos na mesma referenciados, tendo as respectivas Deliberações sido tomadas ao abrigo do que dispõe o nº 1 do Artº 90º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, como para cada uma a se indica, sendo que a bancada da CDU solicitou o agendamento, que viria a ser aceite por todos os Eleitos presentes, dos assuntos que irão constituir os Pontos Nºs 14 e 15 da Ordem de Trabalhos da presente Sessão.

Por conveniência de trabalhos, o Ponto agendado com o Nº 10 da Ordem de Trabalhos da presente Sessão (“Projecto de Regulamento de Certificação para Instalação, Exploração e Funcionamento dos Estabelecimentos de Hospedagem no Concelho de Nisa”), foi analisado, discutido e votado logo a seguir ao Ponto 3.

Os Eleitos Arménio Morais, João Pinto e Francisco São Pedro, solicitaram autorização ao Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Nisa para se poderem ausentar dos trabalhos antes do final da Sessão, o que veio a verificar-se quando eram, respectivamente, 17H15, 17H00 e 17H30, não tendo participado na discussão e aprovação dos Pontos Nºs 4, 5, 6, 7, 8, 9, 11, 12, 14, 15, 17 e 18, o primeiro, dos Pontos Nºs 8, 9, 11, 12, 14, 15, 17 e 18, o segundo e dos Pontos Nºs 4, 5, 6, 7, 8, 9, 11, 12, 14, 15, 17 e 18, o terceiro.

Ponto Nº 1 – Período de antes da Ordem do Dia.

Assuntos para conhecimento:

Foi posta à disposição dos Eleitos da Assembleia Municipal de Nisa, a documentação a que a seguir se faz referência:

- Comunicação do Eleito Júlio Pires, com data de 20/02/2008, a informar não poder estar presente na Sessão de hoje;
- Comunicação do Eleito João Eduardo, com data de 22/02/2008, a informar não poder estar presente na Sessão de hoje;
- Ofício Nº 17/08, de 13 de Fevereiro de 2008, da Junta de Freguesia de Montalvão, informando da impossibilidade de comparência a esta Sessão do respectivo Presidente e indicando a sua substituta;
- E.mail do Eleito João Pinto, de 02/02/2008, solicitando, se possível, que a Sessão da AMNisa, de Fevereiro/2008, se realize na semana antes do final do mês;
- Ofício Nº 141, de 21/12/2007, da Junta de Freguesia do Espírito Santo/Nisa, enviando moção aprovada sobre alterações à Lei Eleitoral;
- Ofício Nº 584, de 01/02/2008, da Câmara Municipal de Marvão, enviando explicações sobre um artigo publicado num jornal da região;
- Ofícios Nº 51-GP de 08/01/24 da Câmara Municipal de Almada, sem número de 08/02/19 da Assembleia Municipal de Mirandela, Nº 1171 de 08/01/14 da Câmara Municipal do Seixal e Circulares Nº 2/2008/PB de 08/01/04 e Nº 16/2008 de 01/02, ambas da ANMP, enviando moções sobre o projecto na nova Lei Eleitoral.

Informações dos Eleitos

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Nisa deu a palavra aos membros da mesma que manifestaram interesse em fazer uso da mesma, tendo-se verificado as intervenções:

- O Eleito Arménio Morais, falou sobre a aprovação que, tanto a Câmara como a Assembleia Municipais, fizeram das taxas do I.R.S., referindo que teve conhecimento, através da comunicação social, que quarenta e dois municípios do Continente já optaram por isto, sendo que, deles, cinco são do nosso Distrito e que se debatem com os mesmos problemas do Concelho de Nisa mas que, mesmo assim tiveram em vista, antes de mais nada, os interesses dos seus munícipes.
- O Eleito João Pinto, perguntou qual era a posição do Executivo face às notícias sobre a eventual exploração de urânio em Nisa. Disse que há cerca de dois anos fora aprovada uma verba para a execução de obras em Alpalhão e até agora, ainda nada se fez, perguntando se se está à espera do ano das eleições para se fazer alguma coisa. Falou sobre uma discussão que está a ser feita relativamente a três propostas do novo traçado para o IP2 e que só uma é que passa pelo Concelho de Nisa, perguntando qual a posição da Câmara sobre isto.
- O Eleito Marco Oliveira fez um ponto de ordem à Mesa, relativamente a duas moções que foram apresentadas pela bancada da CDU, referindo que foi pedida a sua

inclusão na Ordem de Trabalhos desta Sessão, a mesma foi aprovada e não sabe porque razão se está a discutir o assunto, uma vez que, na altura certa e quando se chegar aos Pontos 14 e 15, aí sim, serão alvo de discussão e análise. Referiu que esta Assembleia não é tratada, por parte de alguns eleitos da CDU, com a dignidade e o respeito que merece.

- O Eleito Adelino Temudo solicitou um ponto de situação sobre a Albergaria “Penha do Tejo”.

- O Eleito Joaquim Marques e sobre as taxas do IRS, anteriormente aprovadas, respondeu ao Eleito Arménio Morais, para dizer que admitia que tivesse havido uma incorrecção da sua parte, por ter sido mal informado sobre o assunto. Solicita que, quando se lhe dirijam sobre assuntos relacionados com a CDU, que não digam “o seu Partido”.

- O Eleito Arménio Morais e compreendendo que esta intervenção deve ter tido a ver com alguma coisa que dissera, pede desculpa por alguma incorrecção que da sua parte possa ter sido, eventualmente, proferida.

- A Presidente da Câmara começou por pedir desculpa aos presentes pelo seu atraso, o qual justificou com o facto de ter estado na Câmara a ultimar alguns assuntos que não quer deixar pendentes, uma vez que irá entrar de baixa, para ser alvo de uma intervenção cirúrgica, agradecendo ao Presidente da Mesa da Assembleia por ter anuído em que esta Sessão se realizasse hoje. Sobre o IRS, disse que se tratou de uma proposta da Câmara que foi discutida nesta Assembleia admitindo, no entanto, que se trata de um assunto discutível. Explicou as competências que o Governo pretende transferir para as autarquias, nomeadamente nas áreas do Ensino, mas sem o encaminhamento das respectivas verbas. Sobre a eventual exploração de urânio no Concelho de Nisa, referiu que o Executivo já se pronunciou sobre o assunto embora, formalmente, a Câmara Municipal de Nisa nada saiba sobre o que se está a passar, sendo que, quando houver algo de concreto, será tomada uma posição, referindo que os movimentos cívicos, nestes casos, conseguem ter muita mais força que as Câmaras. Sobre as obras previstas para Alpalhão, informou que já há projectos concluídos e que algumas irão começar logo que seja possível. Sobre os traçados do IP2, explicou que o que está para se concretizar é a ligação entre a A6 e a A23 e não o prolongamento do IP2 e que o traçado daquela nova via passa pelo Concelho de Nisa. Quanto à Albergaria, referiu que vai ser aberto novo concurso por sugestão do Tribunal de Contas que disse não à proposta concorrente, uma vez que no novo programa de concurso e caderno de encargos terá que vir contemplada a possibilidade de “fornecimento de refeições”, tendo em vista os refeitórios municipais.

- O Vereador João da Costa referiu que esta Sessão não começou mais cedo porque a Presidente da Câmara lhe havia dito que ia estar presente na mesma. Quanto às obras para Alpalhão, referiu que as que têm a ver com as entradas da vila só ainda não começaram porque se trata de uma estrada nacional e só com o aval da Direcção de Estradas é que é possível fazer alguma coisa.

- O Eleito Arménio Morais disse que a Presidente da Câmara, mais uma vez e como é seu hábito, levou cerca de doze minutos para dar uma resposta a uma pergunta para a qual bastava dizer sim ou não. Sobre a problemática do IRS, acha que deveria ter havido alguém que explicasse, concretamente, o que se pretendia.

- O Eleito João Pinto e sobre o traçado do IP2, acha que se deve estar a falar de coisas diferentes e quanto ao anunciado corredor entre a A6 e a A23, perguntou do que é que se trata. Perguntou, ainda, qual a situação das águas no Concelho de Nisa e sobre as obras das entradas de Alpalhão, se é tudo da responsabilidade da “Estradas de Portugal”.

- O Eleito Marco Oliveira disse que a Ordem de Trabalhos desta Sessão é precisamente o espelho do funcionamento real do Concelho de Nisa. Referiu, depois, que o funcionamento desta Assembleia Municipal é da responsabilidade do Presidente da Mesa, sendo que isto é uma chamada de atenção para o Vereador João da Costa, quando este

pretende, de forma sistemática, intervir quando para tal não está autorizado. Falou sobre a Minuta da Reunião de Câmara realizada no passado dia 20 de Fevereiro corrente, onde se diz que a Presidente da Câmara irá entrar de baixa (desejando-lhe as suas sinceras melhoras) e que houve alterações a nível de vereação e de Vice-Presidência da Câmara, manifestando interesse em saber do que é que se passa com isto. Perguntou, também, qual o motivo porque a Câmara disponibilizou um autocarro à estrutura do PCP/Portalegre, para deslocação de militantes seus.

- A Eleita Ilda Pires, Presidente da Junta de Freguesia de Tolosa, referiu que, para que não se brinque à política, explicou o que se passou com a água de São Gens, a qual nunca, até então, havia tido qualquer vestígio de alumínio, como se dizia num certo comunicado, referindo que foi a Junta de Freguesia de Tolosa e a Câmara Municipal de Nisa que intervieram através de um comunicado à população, explicando o que se passou, quando isto era uma responsabilidade da Delegação de Saúde, que nada fez neste sentido. Explicou que o alumínio que apareceu na conduta da água de São Gens, foi provocado por uma descarga levada a cabo pela “Águas do Norte Alentejano”, referindo que a Junta de Tolosa não tem, nem nunca teve nada a esconder e quando quiserem fazer comunicados, primeiro perguntem.

- O Eleito Joaquim Costa, sobre a eventual exploração do urânio no Concelho de Nisa, disse que, tanto agora, como antes e como sempre, será contra e que estará ao lado de quem lutar a favor da não exploração.

- O Eleito Arménio Morais dirigiu-se ao Eleito João Pinto, que havia referido anteriormente que estava bem informado sobre determinado assunto, com base em informações prestadas por alguém “bem posicionado”, para lhe dizer que nunca se fie muito nas boas posições de quem está lá em cima, mesmo sendo alguém da oposição. À Eleita Ilda Pires disse que não faz parte da Comissão Política Concelhia de Nisa do PS e que havia sabido que o alumínio que apareceu na conduta de São Gens, havia sido provocado pela “Águas do Norte Alentejano”.

- A Presidente da Câmara referiu que irá solicitar ao Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, a marcação de uma Sessão Extraordinária, para debater toda a polémica originada pela falta da qualidade de água em algumas povoações do Concelho de Nisa, com total transparência e com a presença de responsáveis e técnicos da Empresa “Águas do Norte Alentejano”, além de pretender realizar reuniões sectoriais em Alpalhão, Monte do Arneiro e Tolosa, para esclarecimento das populações. Explicou aos Eleitos presentes o que se passou, lendo um comunicado da Presidência da Câmara Municipal.

- O Eleito Marco Oliveira disse que pensava que a Presidente da Junta de Freguesia de Tolosa havia sido eleita pelas listas do PSD mas que agora e face às declarações da mesma, mais parecia que o havia sido por outra força política. Lembrou à Presidente da Câmara que lhe fizera duas perguntas (quais as alterações a nível de pelouros e de vereação e a cedência do autocarro à CDU de Portalegre) e que ainda não obteve qualquer resposta a nenhuma delas, referindo que esta maioria absoluta trata os restantes eleitos de forma arrogante e muito pouco democrática.

Ponto Nº 2 – Informações sobre a actividade municipal e situação financeira (alínea e) do nº 1 do Artº 53º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro).

Depois de devidamente autorizada pelo Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Nisa, a Presidente da Câmara procedeu à apresentação do documento em análise, do qual foi enviada, previamente, cópia a todos os membros da Assembleia Municipal, para os devidos efeitos.

Foi perguntado se havia algum Eleito que quisesse intervir sobre o assunto, tendo-se verificado a intervenção, por parte da Assembleia Municipal, o Eleito Marco Oliveira e da Câmara Municipal, a sua Presidente.

O Eleito Marco Oliveira solicitou que, se possível, fosse apresentada uma justificação sobre a dívida do Município ao PCP e qual foi o destino da mesma, uma vez que deixou de aparecer. Manifestou, também, interesse em saber quais tinham sido os critérios usados na escolha do Dr. Jorge Rebeca para Presidente do Conselho de Administração da “Ternisa”.

A Presidente da Câmara e sobre a dívida ao PCP, explicou que a mesma já foi paga e, daí, o seu não aparecimento, o mesmo tendo acontecido com outras no final do ano de 2007 e às quais não se referiu. Quanto á nomeação do Dr. Jorge Rebeca, informou que se trata de uma competência da Assembleia-Geral da “Ternisa”

Face às explicações prestadas pela Presidente da Câmara, o Eleito marco Oliveira referiu que estão claras quais as prioridades do Executivo para o pagamento aos credores. Disse, ainda, que recebeu um documento relativo à “Ternisa”, no âmbito do assunto em discussão, pelo que é aqui que pretende obter explicações.

Ponto Nº 3 – SAA – Deliberação Nº 1/2008

Acta Nº 6/2007, da Sessão Ordinária de Dezembro de 2007.

Relativamente ao assunto a que acima se faz referência, a Assembleia Municipal de Nisa aprovou, por maioria, com dezoito votos a favor e três abstenções e para cumprimento do que dispõe o nº 2 do Artº 92º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, a Acta Nº 1/2007, relativa à Sessão Ordinária de Dezembro de 2007, realizada no dia 7 de Dezembro de 2007, tendo sido declarado que era dispensada a sua leitura, como salvaguarda do disposto no nº 1 do já anteriormente citado Artº 92º, uma vez que, do texto, foi distribuída, previamente, cópia por todos os Eleitos.

O Eleito Marco Oliveira solicitou que a sua intervenção na parte que diz respeito às contas da “Nisartes’207” fosse transcrita, na sequência do que foi dito pela Presidente da Câmara, no Ponto 1 – Período de antes da Ordem do Dia / Assuntos para conhecimento, no terceiro parágrafo de Fls. 3. Acha, ainda, que se deverá, na aprovação das Actas, fazer menção aos pedidos de alterações solicitados pelos Eleitos.

O Eleito Mário Macedo não participou na aprovação da presente Acta por se encontrar, na altura, ausente da sala.

Ponto Nº 4 – DF – Deliberação Nº 2/2008

1ª Revisão às Grandes Opções do Plano do Município de Nisa do Ano de 2008.

A Presidente da Câmara solicitou autorização ao Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Nisa para que fosse a Chefe da Divisão Financeira, Drª Graça Sales, a explicar aos Eleitos as razões que levaram à aprovação deste processo por parte do Executivo e a sua apresentação nesta Assembleia, sendo que a mesma fez um resumo exaustivo da Revisão em causa.

O Eleito Adelino Temudo usou da palavra e apontou para o orçamento para a Nisartes’28, o qual considera exagerado, manifestando interesse em saber quais a diferenças entre o orçamento definido e a definir.

A Drª Graça Sales explicou que o orçamento “a definir” quer dizer que ainda não há verba orçamentada.

O Eleito Marco Oliveira perguntou, relativamente ao orçamento para a Nisartes’2008, porque razão o mesmo apresenta o valor que está mencionado e não um mais “redondo”. Disse que gostaria também de saber se se justifica o aumento da área do heliporto.

A Presidente da Câmara referiu que, quando se elaboram o orçamento e o plano, há muitas propostas que são emanadas pelos Serviços do Município com estimativas.

Depois das intervenções antes descritas e das explicações apresentadas, o Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Nisa e conforme conteúdo da Informação/Proposta Nº 7/08, datada do dia 19 de Fevereiro de 2008, da Divisão Financeira/Secção de Contabilidade, cuja cópia, bem como a documentação que a acompanha, fica arquivada em pasta anexa à presente Acta, submeteu à aprovação do

Plenário, a 1ª Revisão às Grandes Opções do Plano do Município de Nisa do Ano de 2008, a qual foi aprovada por maioria, com dezoito votos a favor e duas abstenções e é do valor total de 162.112,00€ (cento e sessenta e dois mil e cento e doze euros), assim divididos:

- Acções Mais Relevantes: 5.556,00€ (cinco mil, quinhentos e cinquenta e seis euros) em reforços;

- Plano Plurianual de Investimentos: 121.500,00€ (cento e vinte e um mil e quinhentos euros) em reforços e 35.056,00€ (trinta e cinco mil e cinquenta e seis euros) em deduções.

Os Eleitos Arménio Morais e Francisco São Pedro já não votaram o presente assunto por se terem, entretanto, ausentado dos trabalhos.

Ponto Nº 5 – DF – Deliberação Nº 3/2008

1ª Revisão ao Orçamento da Receita e Despesa do Município de Nisa do Ano de 2008.

A Presidente da Câmara solicitou autorização ao Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Nisa para que fosse a Chefe da Divisão Financeira, Drª Graça Sales, a explicar aos Eleitos as razões que levaram à aprovação deste processo por parte do Executivo e a sua apresentação nesta Assembleia, sendo que a mesma fez um resumo exaustivo da Revisão em causa.

Depois das explicações prestadas pela Drª Graça Sales, o Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Nisa e conforme conteúdo da Informação/Proposta Nº 8/08, datada do dia 19 de Fevereiro de 2008, da Divisão Financeira/Secção de Contabilidade, cuja cópia, bem como a documentação que a acompanha, fica arquivada em pasta anexa à presente Acta, submeteu à aprovação do Plenário, a 1ª Revisão às ao Orçamento da Receita e Despesa do Município de Nisa do Ano de 2008, a qual foi aprovada por maioria, com dezoito votos a favor e duas abstenções e é do valor total de 414.798,00€ (setecentos e catorze mil, setecentos e noventa e oito euros), assim divididos:

- Em receita corrente: 9.729,00€ (nove mil, setecentos e vinte e nove euros) em reforços;

- Em receita de capital: 90.000,00€ (noventa mil euros) em reforços;

- Em despesa corrente: 9.729,00€ (nove mil, setecentos e vinte e nove euros) em reforços;

- Em despesa de capital: 197.670,00€ (cento e noventa e sete mil, seiscentos e setenta euros) em deduções.

Os Eleitos Arménio Morais e Francisco São Pedro já não votaram o presente assunto por se terem, entretanto, ausentado dos trabalhos.

Ponto Nº 6 – DF – Deliberação Nº 4/2008

Concessão de incentivo aprovado pelo PIQTUR, a título reembolsável – Empréstimo de médio e longo prazo. Alteração do período de utilização.

A Presidente da Câmara solicitou autorização ao Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Nisa para que fosse a Chefe da Divisão Financeira, Drª Graça Sales, a explicar aos Eleitos as razões que levaram à aprovação deste processo por parte do Executivo e a sua apresentação nesta Assembleia, sendo que a mesma fez um resumo exaustivo do assunto em apreço, referindo que o incentivo a título reembolsável concedido pelo PIQTUR, do Instituto do Turismo de Portugal, para complemento à aquisição de equipamento terapêutico e mobiliário, para o Complexo Termal da Fadagosa, havia sido autorizado pela Câmara (Deliberação Nº 463/2005, de 17/08) e pela Assembleia (Deliberação Nº 51/2005, de 16/09) e obteve o Visto do Tribunal de Contas em 18 de Janeiro de 2006 (Pº 12/06), e que o contrato assinado em 4 de Novembro de 2005, prevê que a utilização do mesmo incentivo decorra entre 30 de Novembro de 2005 e 30 de Novembro de 2007 e que a primeira amortização de capital ocorra a 31 de Maio de 2008, sendo que, alguns atrasos na execução da obra do balneário e centro de internamento, impedem que a conclusão ocorra dentro da data prevista, pelo que a aquisição do equipamento terá que sofrer um atraso.

O Eleito Marco Oliveira referiu que não conseguia perceber as contas que eram apresentadas, relativamente ao assunto a que acima se faz referência.

Depois das explicações prestadas pela Dr^a Graça Sales, o Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Nisa e conforme conteúdo da Informação/Proposta Nº 8/08, datada do dia 19 de Fevereiro de 2008, da Divisão Financeira, cuja cópia, bem como a documentação que a acompanha, fica arquivada em pasta anexa à presente Acta, submeteu à aprovação do Plenário, a concessão de incentivo aprovado pelo PIQTUR – Empréstimo de médio e longo prazo, tendo esta Assembleia decidido, por unanimidade, aprovar que se apresente ao Instituto de Turismo de Portugal um novo mapa de serviço da dívida, deslocando a data inicial, reduzindo o período de carência, de modo a não aumentar o prazo total do incentivo a título reembolsável, mantendo 16 semestres – 8 anos e diminuindo o valor de cada prestação de capital, passando de 32.729,76€ (trinta e dois mil, setecentos e vinte e nove euros e setenta e seis cêntimos) para 28.051,50€ (vinte e oito mil, cinquenta e um euros e cinquenta cêntimos).

Os Eleitos Arménio Morais e Francisco São Pedro já não votaram o presente assunto por se terem, entretanto, ausentado dos trabalhos.

Ponto Nº 7 – GAP – Deliberação Nº 5/2008

Alteração ao Protocolo de Transferência de Competências da Câmara Municipal para as Juntas de Freguesia do Concelho de Nisa.

A Presidente da Câmara explicou à Assembleia Municipal qual a razão que fez com que este processo fosse aprovado pelo Executivo e o seu consequente encaminhamento para a este Plenário.

O Eleito Marco Oliveira perguntou se o que se está a analisar diz respeito, somente, às Freguesias de Alpalhão e Tolosa, tendo-lhe sido explicado que sim, pois são as únicas que têm o tipo de atendimento previsto no referido Ponto.

Depois das explicações prestadas, o Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Nisa e conforme conteúdo da Informação/Proposta Nº 2/08, datada do dia 10 de Janeiro de 2008, do Gabinete de Apoio Pessoal, cuja cópia fica arquivada em pasta anexa à presente Acta, submeteu à aprovação do Plenário, a Alteração ao Protocolo de Transferência de Competências da Câmara Municipal para as Juntas de Freguesia do Concelho de Nisa, tendo sido aprovado por unanimidade, que se retirasse, do mesmo, o Ponto 2.1, relativo a cobrança de água, participação de avarias e leituras de água e saneamento, nas Freguesias de Alpalhão e Tolosa, uma vez que as mesmas já têm incluído o Ponto 9 (*Atendimento e encaminhamento a quem se dirigir ao serviço pertencente à Junta de Freguesia fora da sede do Concelho, com mais de 1.000 habitantes*).

Os Eleitos Arménio Morais e Francisco São Pedro já não votaram o presente assunto por se terem, entretanto, ausentado dos trabalhos.

Ponto Nº 8 – GAP – Deliberação Nº 6/2008

Projecto de Regulamento Municipal de Atribuição de Insígnias e Medalhas.

A Presidente da Câmara, depois de autorizada pelo Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, explicou ao Plenário o que se pretende com a apresentação do assunto referido em epígrafe, referindo que o mesmo surge na sequência da apresentação de várias propostas de atribuição de medalhas municipais a diversas pessoas e instituições, nomeadamente o pedido feito pela Direcção da Sociedade Musical Nisense, para agraciamento do maestro da sua banda, Sr. António Maria Charrinho, informando que este não é caso único.

O Eleito Marco Oliveira perguntou se, na Câmara Municipal de Nisa, não existe já há alguns anos um regulamento deste tipo, devidamente aprovado em Reunião do Executivo e em Sessão da Assembleia Municipal, achando que se está a tentar aprovar um documento que já está aprovado.

A Presidente da Câmara disse que esta proposta surge na sequência de solicitações da própria Assembleia Municipal e pretende regularizar situações antigas, referindo que não tem conhecimento da existência de qualquer regulamento do tipo do que se pretende agora aprovar.

O Eleito Marco Oliveira voltou a insistir na existência de um regulamento para atribuição de medalhas, lembrando uma situação já antiga e que teve a ver com a atribuição de uma ao Sr. José Maria Casimiro, mais conhecido em Nisa por “Conicha”, devido às qualidades que o mesmo demonstrou na área que praticava, o futebol e a quem nunca mais foi entregue, solicitando que se regularize, quanto antes, esta situação. É de opinião que este assunto não se reveste de urgência, pelo que propõe a sua retirada da Ordem de Trabalhos da presente Sessão, de modo a que se possa indagar o que se passa com o antigo regulamento, devendo vir à Sessão de Abril próximo.

Depois das intervenções antes descritas, o Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Nisa pôs à votação a proposta do Eleito Marco Oliveira, tendo sido aprovado por maioria, com dezasseis votos a favor e três contra, a retirada deste assunto da Ordem de Trabalhos da presente Sessão, pelas razões anteriormente referidas pelo mesmo.

Os Eleitos Arménio Morais e Francisco São Pedro já não votaram o presente assunto por se terem, entretanto, ausentado dos trabalhos, o mesmo acontecendo com o Eleito Fernando Marquês que se encontrava, na altura, ausente da sala.

Ponto Nº 9 – DDSC – Deliberação Nº 7/2008

Projecto de Regulamento de Implementação do Cartão do Idoso no Concelho de Nisa.

Depois de devidamente autorizada a intervir, por parte do Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Nisa, a Vereadora Fátima Moura procedeu à apresentação do Projecto de Regulamento em apreço, explicando o que é que se pretende com o cartão a implementar.

O Eleito Marco Oliveira acha que este cartão é a maior concentração de demagogia e aproveitamento político a que tem assistido desde que exerce as funções de eleito, referindo que não está contra esta proposta porque era estar contra os idosos do Concelho de Nisa, achando que este cartão não é preciso para nada, pois tudo o que o mesmo comporta não é mais que uma obrigação da Câmara Municipal de Nisa.

O Eleito Adelino Temudo acha que há muitas coisas no regulamento que não carecem de cartão, pois são da competência da Câmara, Perguntou como é que vai ser feita a divulgação desta cartão pelos idosos do concelho.

O Eleito Joaquim Costa pensa que o projecto de regulamento em apreço está mal elaborado, pois não é acessível a toda a gente e exige coisas para a obtenção do cartão que muitos não vão poder ou terão muita dificuldade em arranjar. Vota favoravelmente tudo quanto for em prol dos idosos, mas gostava de ver um documento mais bem elaborado e simplificado.

A Presidente da Câmara respondeu ao Eleito Marco Oliveira, referindo que se o mesmo acha que o cartão em causa é uma demagogia, então deverá estar a chamar demagogos a todos os autarcas do Distrito de Portalegre, pois quase todos os concelhos já têm Cartão do Idoso.

O Eleito Marco Oliveira referiu que iria votar a favor, embora não deixa de considerar demagógica a forma como tudo isto é apresentado.

O Eleito Joaquim Marques disse que se está a discutir um documento que pode e deve, se for caso disso, melhorado, com a colaboração de todos, pois foi isto que se pediu e, quanto aos documentos a entregar para a obtenção do cartão, também acha que são demasiados.

Depois das intervenções antes descritas e de das explicações prestadas, o Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Nisa e conforme conteúdo da Informação/Proposta Nº

02, datada do dia 9 de Janeiro de 2008, da Divisão de Desenvolvimento Social e Cultural/Gabinete de Apoio Social, cuja cópia, bem como a documentação que a acompanha, fica arquivada em pasta anexa à presente Acta, submeteu à aprovação do Plenário o Projecto de Regulamento de Implementação do Cartão do Idoso no Concelho de Nisa, vindo o mesmo a ser aprovado por unanimidade.

Os Eleitos Arménio Morais, João Pinto e Francisco São Pedro já não votaram o presente assunto por se terem, entretanto, ausentado dos trabalhos.

Ponto Nº 10 – GDT – Deliberação Nº 8/2008

Projecto de Regulamento de Certificação para Instalação, Exploração e Funcionamento dos Estabelecimentos de Hospedagem do Concelho de Nisa.

Depois de devidamente autorizada pelo Presidente da Mesa da Assembleia Municipal e por solicitação da Presidente da Câmara, a Técnica Superior de 1ª Classe do Gabinete de Desenvolvimento e Turismo, Drª Cristina Mouro, explicou ao Plenário o que é que se pretende com a aprovação do presente regulamento e porque razão é que o mesmo aparece, referindo que tudo isto serve para tentar uniformizar a legislação na área da hospedagem, em todos os municípios que integram a Naturtejo, nomeadamente no que diz respeito à legalização de determinados estabelecimentos hoteleiros.

O Eleito Marco Oliveira perguntou se foi feito algum estudo para os quartos com características alentejanas, uma vez que na Naturtejo existe um município do Alentejo e se foi feita alguma análise para tentar perceber se que o que já temos preenche os requisitos exigidos.

A Drª Cristina Mouro respondeu ao Eleito marco Oliveira, explicando que, tudo o que tiver a ver com obras, este regulamento remete para a lei geral sobre o assunto.

O Eleito Marco Oliveira perguntou, em termos gerais, se o que temos, por acaso não preencher os tais requisitos exigidos, se valerá a pena andar com todas estas regulamentações.

A Presidente da Câmara referiu que as pessoas só farão obras nas suas casas e no âmbito deste assunto, se tiverem a certeza que irá existir alguém que as possa alugar, chamando a atenção para o facto de que não se está a falar de hotéis ou residenciais, mas sim de casas particulares.

Depois das intervenções antes descritas e de das explicações prestadas, o Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Nisa e conforme conteúdo da Informação/Proposta Nº 104/07, datada do dia 26 de Dezembro de 2007, do Gabinete de Desenvolvimento e Turismo, cuja cópia, bem como a documentação que a acompanha, fica arquivada em pasta anexa à presente Acta, submeteu à aprovação do Plenário o Projecto de Regulamento de Certificação para Instalação, Exploração e Funcionamento dos Estabelecimentos de Hospedagem no Concelho de Nisa, vindo o mesmo a ser aprovado por maioria, com dezassete votos a favor e duas abstenções, sendo que os Eleitos António Manuel Caldeira e Artur Dias não votaram por se encontrarem, na altura, ausentes da sala.

O Eleito Francisco São Pedro já não votou o presente assunto por se ter, entretanto, ausentado dos trabalhos.

Ponto Nº 11 – DPU – Deliberação Nº 9/2008

Projecto de Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública.

Depois de devidamente autorizado pelo Presidente da Mesa da Assembleia Municipal e por solicitação da Presidente da Câmara, o Vereador João da Costa, explicou ao Plenário o que é que se pretende com a aprovação do presente regulamento e porque razão é que o mesmo aparece, referindo que ele se pretende estabelecer regras e procedimentos a adoptar pelos serviços do Município tendentes a regularizar as situações que têm aparecido, no âmbito deste assunto.

O Eleito Joaquim Costa referiu que não concorda com o que se diz, relativamente às viaturas estacionadas na via pública, uma vez que as mesmas e nalguns casos, podem ali estar contra a vontade dos seus proprietários, que pode estar, por exemplo, doente por algum período de tempo mais alargado e não ter possibilidade de a remover e guardar fora da via pública, achando que há casos pontuais que terão que ser analisados.

O Vereador João da Costa disse que, uma coisa é a viatura estar estacionada na via pública, outra é estar abandonada e é precisamente para resolver estes casos (de abandono) que se apresentou este projecto de regulamento.

Depois das intervenções antes descritas e de das explicações prestadas, o Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Nisa e conforme conteúdo da Informação/Proposta Nº 88/07, datada do dia 14 de Novembro de 2007, da Divisão de Projectos e Urbanismo/Sector de Ambiente e Qualidade de Vida, cuja cópia, bem como a documentação que a acompanha, fica arquivada em pasta anexa à presente Acta, submeteu à aprovação do Plenário o Projecto de Regulamento Municipal de Veículos Estacionados Abusiva e/ou Indevidamente na Via Pública, para vigorar no Concelho de Nisa, vindo o mesmo a ser aprovado por unanimidade, sendo que os Eleitos Marco Oliveira, Armando Luís e João Malpique não votaram por se encontrarem, na altura, ausentes da sala.

Os Eleitos Arménio Morais, João Pinto e Francisco São Pedro já não votaram o presente assunto por se terem, entretanto, ausentado dos trabalhos.

Ponto Nº 12 – DPU – Deliberação Nº 10/2008

Projecto de Regulamento Municipal de Resíduos Sólidos Urbanos, Higiene e Limpeza de Espaços Públicos do Concelho de Nisa.

Depois de devidamente autorizado pelo Presidente da Mesa da Assembleia Municipal e por solicitação da Presidente da Câmara, o Vereador João da Costa, explicou ao Plenário o que é que se pretende com a aprovação do presente regulamento e porque razão é que o mesmo aparece, referindo que ele se pretende estabelecer regras e procedimentos a adoptar pelos serviços do Município tendentes a regularizar as situações que têm aparecido, no âmbito deste assunto.

O Eleito Joaquim Costa referiu-se a um problema que tem a ver com a recolha de pneus que a Câmara não efectua e como fazer em casos destes.

O Eleito Fernando Marquês informou que qualquer automobilista quando vai trocar de pneus, paga à empresa que os vende, um taxa chamada ecovalor e que a mesma tem, obrigatoriamente, que ficar com os velhos.

O Eleito Marco Oliveira acha que, se se aprovar este assunto, implicitamente já deveremos ter um Ponto para agendar para a Sessão de Abril desta Assembleia Municipal e que tem a ver com a alteração à Tabela de Taxas.

O Eleito Rogério Dias, Presidente da Junta de Freguesia de Amieira do Tejo, referiu que na sua freguesia e todas as Sextas-Feiras, a Junta faz a recolha dos monos e armazena-os até a Câmara os ir buscar, a solicitação da própria Junta.

O Vereador João da Costa dirigiu-se ao Eleito Joaquim Costa para dizer que o mesmo deverá estar com falta de informação, pois a Câmara e é do conhecimento da população, faz recolhas periódicas, se para tal for solicitada.

Depois das intervenções antes descritas e de das explicações prestadas, o Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Nisa e conforme conteúdo da Informação/Proposta Nº 95/07, datada do dia 4 de Dezembro de 2007, da Divisão de Projectos e Urbanismo/Sector de Ambiente e Qualidade de Vida, cuja cópia, bem como a documentação que a acompanha, fica arquivada em pasta anexa à presente Acta, submeteu à aprovação do Plenário o Projecto de Regulamento Municipal de Resíduos Sólidos Urbanos, Higiene e Limpeza de Espaços Públicos do Concelho de Nisa, vindo o mesmo a ser aprovado por

unanimidade, sendo que os Eleitos Artur Dias e José Hilário não votaram por se encontrarem, na altura, ausentes da sala.

Os Eleitos Arménio Morais, João Pinto e Francisco São Pedro já não votaram o presente assunto por se terem, entretanto, ausentado dos trabalhos.

Ponto Nº 13 – SAA – Deliberação Nº 11/2008

Inclusão de assuntos na Ordem de Trabalhos.

Aprovar, por maioria, com doze votos a favor, três abstenções e sete votos contra e conforme o previsto no Artº 83º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, a inclusão na Ordem de Trabalhos da presente Sessão, por solicitação da bancada da CDU, dos processos a seguir indicados, os quais passarão a constitui os Pontos Nº 14 e 15, da mesma Ordem de Trabalhos.

O Eleito Marco Oliveira mostrou a sua reacção negativa pelo atraso no início (mais um) dos trabalhos da Assembleia Municipal de Nisa, não compreendendo porque não se começou mais cedo, uma vez que estava presente o Vice-Presidente da Câmara.

Sobre as propostas apresentadas pela bancada da CDU, referiu que, como já é habitual, aparecem “em cima dos joelhos”, dizendo que, no que toca à Lei Eleitoral, a apresentação da moção é completamente descabida, pois foi levado a cabo um entendimento e feito acordo entre o PS e o PSD para a sua alteração e, quanto ao urânio, não compreende o porquê de tanto barulho, se nada está ainda definido e, possivelmente, nada se definirá.

Ponto Nº 14 – GP – Deliberação Nº 12/2008

Revisão de Lei Eleitoral dos Órgãos das Autarquias Locais – Moção apresentada pela bancada da CDU. Tomada de posição.

Na sequência do que foi deliberado no Ponto 13 da presente Ordem de Trabalhos, que aprovou a inclusão do assunto em apreço, o Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Nisa autorizou o Eleito Mário Macedo a explicar ao Plenário o conteúdo da Moção apresentada pela Bancada da CDU e que tem a ver com a possível revisão da Lei Eleitoral dos Órgãos das Autarquias Locais, sendo que o mesmo referiu que o documento mais não faz do que mostrar o desagrado de muitos autarcas para com a mesma Lei, a qual, em seu entender, vem restringir o poder local e é anti-democrática e que irá prejudicar, em muito, os Presidentes das Juntas de Freguesia.

O Eleito Marco Oliveira chamou a atenção, mais uma vez, para a forma como a Bancada da CDU na Assembleia Municipal de Nisa apresenta as suas propostas e as entrega em cima da hora, de modo a que não haja possibilidade de se poderem analisar com tempo. Referiu que o PS não abarca nada do que a CDU pretende “impingir”, muito menos projectos de lei, sendo que este está ainda em fase de apreciação, pelo que acha que é extemporânea a sua apresentação, achando que são as coisas feitas à maneira da CDU.

O Eleito Joaquim Marques disse que a CDU era acusada de apresentar documentos em cima da hora. Sobre o que está em apreciação, lembra que se trata de uma perda de representatividade, que é o que se está a querer fazer aos Presidentes das Juntas de Freguesia, ao impedi-los de votar o Orçamento, por exemplo.

O Eleito Fernando Marquês referiu-se a uma reunião da ANAF, na qual foi aprovada uma moção no mesmo sentido e relativamente à qual apenas apareceu uma abstenção. Acha que se os Presidentes das Juntas de Freguesia não puderem votar o orçamento e as GOP's, então não faz nenhum sentido estarem na Assembleia Municipal.

O Eleito Marco Oliveira disse que é bastante vantajoso, para quem está no Executivo, que os Presidentes das Juntas de Freguesia possam votar o orçamento e as GOP's.

Depois das intervenções anteriormente descritas, o Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Nisa submeteu á aprovação uma Moção apresentada pela

Bancada da CDU e relativa à Revisão de Lei Eleitoral dos Órgãos das Autarquias Locais, cuja cópia fica arquivada em pasta anexa à presente Acta, vindo a mesma a ser aprovada por maioria, com catorze votos a favor, três votos contra e duas abstenções.

Os Eleitos Arménio Morais, João Pinto e Francisco São Pedro já não votaram o presente assunto por se terem, entretanto, ausentado dos trabalhos.

O Eleito Marco Oliveira apresentou a seguinte declaração de voto:

“Declaração de voto “Propostas apresentadas pela CDU.

Voto contra pelo facto de mais uma vez a CDU pretender retirar aproveitamento político das questões em causa, usando a Assembleia Municipal para tal fim, entregando propostas durante o decorrer da própria Sessão, fazendo com que os pontos em questão não sejam debatidos convenientemente, após o necessário período de reflexão sobre os mesmos”.

Ponto Nº 15 – SAA – Deliberação Nº 13/2008

Exploração de urânio no Concelho de Nisa – Moção apresentada pela bancada da CDU. Tomada de posição.

Na sequência do que foi deliberado no Ponto 13 da presente Ordem de Trabalhos, que aprovou a inclusão do assunto em apreço, o Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Nisa autorizou o Eleito Mário Macedo a explicar ao Plenário o conteúdo da Moção apresentada pela Bancada da CDU e que tem a ver com a possível extracção de urânio no Concelho de Nisa.

O Eleito Armando Luís refere que o que se pretende com esta Moção, é adoptar uma tomada de posição firme que faça ver ao Governo que os naturais do Concelho de Nisa não querem que se avance com o urânio.

O Eleito Marco Oliveira insurgiu-se pela forma como alguns eleitos encaram os trabalhos desta Assembleia e dão repetidas risadas, que em seu entender, parecem de chacota, com total desrespeito por aqueles que, na altura, usam da palavra. Sobre a moção em causa, acha que se trata de mais um assunto extemporâneo, é uma proposta da CDU a tentar tirar aproveitamento da situação, quando se sabe que nada está ainda decidido e que o Governo é contra o urânio, como foi já várias vezes referido pelo Primeiro Ministro.

Depois das intervenções anteriormente descritas, o Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Nisa submeteu á aprovação uma Moção apresentada pela Bancada da CDU e relativa à exploração de urânio no Concelho de Nisa, cuja cópia fica arquivada em pasta anexa à presente Acta, vindo a mesma a ser aprovada por maioria, com quinze votos a favor, um votos contra e três abstenções.

Os Eleitos Arménio Morais, João Pinto e Francisco São Pedro já não votaram o presente assunto por se terem, entretanto, ausentado dos trabalhos.

O Eleito Marco Oliveira apresentou a seguinte declaração de voto:

“Declaração de voto “Propostas apresentadas pela CDU.

Voto contra pelo facto de mais uma vez a CDU pretender retirar aproveitamento político das questões em causa, usando a Assembleia Municipal para tal fim, entregando propostas durante o decorrer da própria Sessão, fazendo com que os pontos em questão não sejam debatidos convenientemente, após o necessário período de reflexão sobre os mesmos”.

Ponto Nº 16 – Intervenção de munícipes.

Uma vez que a presente Sessão tem o carácter de pública e para cumprimento do disposto no nº 5 do Artº 84º da Lei nº 169/99 de 18 de Setembro, com a redacção que lhe foi dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, os munícipes presentes na sala foram convidados a intervir, tendo-se verificado as seguintes intervenções:

- Dr. José Manuel Semedo Basso, de Nisa, disse que vinha a esta Assembleia para expor uma caso que tem a ver com a sua intenção de integrar o corpo clínico das Termas da

Fadagosa de Nisa, tendo, na altura, apresentado uma proposta que não viria a ser aceite. Criticou a forma como lhe têm respondido às questões que colocou sobre o assunto e manifestou o seu desagrado relativamente ao facto de a sua proposta ter sido rejeitada e preterida, em detrimento de outras que, em seu entender, foram apresentadas com uns valores mais elevados e, por conseguinte, mais onerosas. Sempre lhe foi dito que não era oportuna a sua entrada como médico nas termas e que não era possível, uma vez que a equipa já estava constituída embora, posteriormente, se verificasse a entrada de outros clínicos. Disse que não quer privilégios mas que, também, não quer ser discriminado. Acha que esta é uma questão que se reveste de características com contornos pessoais e daí a sua vinda a esta Sessão, pois acredita que nem todos os Eleitos da Assembleia Municipal de Nisa estejam a par do que se está a suceder. Disse que iria conceder um prazo para a obtenção de uma resposta até ao dia 30 de Março do ano em curso, relativamente à proposta que apresentou e que considera estar ainda válida, findo o qual e sem que nada se resolva, recorrerá a outros meios.

- A Presidente da Câmara usou da palavra e tentou explicar o que se tem passado com a questão apresentada pelo Dr. José Manuel Basso, o qual já havia abandonado a sala sem esperar pela resposta, dizendo que o assunto em apreço é da inteira responsabilidade da “Ternisa, E.M.”, pois é esta Empresa que é responsável pela escolha e nomeação do Director Clínico das Termas o qual, por sua vez, escolhe o corpo clínico com quem pretende trabalhar. Referiu que irá solicitar ao Dr. Carlos Vinagre, na qualidade de Director Clínico das Termas da Fadagosa de Nisa que faça chegar a esta Assembleia Municipal as propostas que foram apresentadas pelos médicos, com vista à constituição do Corpo Clínico, as quais são de intervenção e não só de preço, como é o caso da apresentada pelo Dr. Basso e, caso ele assim o entenda, uma vez que a tal não é obrigado, que esteja presente numa próxima sessão da Assembleia Municipal de Nisa.

Ponto Nº 17 – SAA – Deliberação Nº 14/2008

Justificação de faltas de Eleitos a Sessões da Assembleia Municipal.

A Assembleia Municipal de Nisa decidiu, por unanimidade, justificar as faltas dadas à Sessão de hoje pelos seguintes Eleitos, os quais apresentaram pedido de justificação:

- João Eduardo Miguéns Serralha, por motivos de ordem profissional, conforme comunicação escrita enviada à Assembleia Municipal de Nisa e referida no Ponto 1 da presente Acta;

- Júlio Almeida Pires, por motivos de saúde, conforme comunicação escrita enviada à Assembleia Municipal de Nisa e referida no Ponto 1 da presente Acta;

- António dos Remédios da Costa, por motivos de saúde, conforme comunicação escrita enviada à Assembleia Municipal de Nisa e referida no Ponto 1 da presente Acta;

- Florinda João Requeixa Ribeiro Fortunato, por motivos de saúde, conforme comunicação telefónica que fez ao Presidente da Mesa da Assembleia, no dia de hoje.

Ponto Nº 18 – SAA – Deliberação Nº 15/2008

Aprovação, em Minuta, das Deliberações que antecedem.

Aprovar, por unanimidade, em Minuta e para efeitos imediatos, todas as Deliberações que antecedem, nos termos e para cumprimento do que dispõe o nº 3 e 4 do Artº 92º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, podendo as mesmas adquirir a eficácia prevista no nº 4 do já antes citado artigo.

ENCERRAMENTO DA SESSÃO.

A presente Sessão Ordinária de Abril da Assembleia Municipal de Nisa foi encerrada pelo Presidente da respectiva Mesa, conforme o previsto na alínea p) do nº 1 do Artº 68º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, quando eram dezanove horas e vinte e cinco minutos.

Para constar e devidos efeitos, se lavrou a presente Acta, constituída por catorze folhas numeradas e rubricadas, que vai ser assinada nos termos do nº 2 do Artº 92º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, pelo Presidente da Mesa da Assembleia Municipal e desta mesma Sessão, Sr. José da Cruz Curado Polido e por mim, António Maria Curado Carrasco, Chefe da Secção de Administração e Arquivo, que a elaborei na qualidade de Secretário.

O PRESIDENTE DA SESSÃO,

O CHEFE DA S.A.A.,

(José da Cruz C. Polido / Pres. da Mesa da Ass. Mun.)

(António Maria Curado Carrasco / Secretário)



MUNICÍPIO DE NISA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NISA

Acta presente em Sessão _____,
realizada do dia ____/____/____ e aprovada por
_____, conforme Deliberação Nº ____/_____.

- Favor:

- Abstenção:

| - Contra: